

**PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO
PRELIMINAR**

**I
DOS RECURSOS**

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes aos CARGOS 01 – **GUARDA CIVIL MUNICIPAL**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2023 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA.

**II
DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS**

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 01

Improcedem as alegações do recorrente.

O material linguístico explícito na superfície dos enunciados que compõe o último parágrafo do texto do exame é claro ao afirmar que “*a (íntima) relação entre tráfico e prostituição permite e justifica um trabalho de pesquisa mais extenso que aborde a perspectiva do coletivo de prostitutas com relação a um fenômeno que se insere, de certa forma, no seu modo de vida*” e que esse trabalho de pesquisa “*inclua na discussão a interlocução entre o tráfico para o comércio sexual com outras formas de tráfico, como o doméstico, na medida em que ambas envolvem a participação de mulheres oriundas da América Latina*”. Desse modo, pode-se afirmar que a autora do texto conclui que outras pesquisas devem ser feitas para que se possa entender melhor a relação entre o tráfico de pessoas e o comércio sexual, levando em conta também outros fatores, como os objetivos do tráfico (para comércio, para sexo, para trabalho) e as características dos sujeitos traficados (homens, mulheres, crianças, povos latinos, jovens, velhos etc.)

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 03

Improcedem as alegações do recorrente.

Dá-se o nome de conjunção integrante a um tipo de vocábulo que pertence à classe das conjunções (aspecto morfológico da palavra). Vocábulos pertencentes a essa classe desempenham determinadas e particulares funções sintáticas (aspecto sintático das palavras). Nas sentenças em que aparecem, conjunções integrantes não desempenham funções sintáticas e servem apenas como conectores entre orações principais e orações subordinadas.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 04

Improcedem as alegações do recorrente.

O candidato aponta como elemento anafórico o demonstrativo “nesse” que, por fazer referência a algo que já foi dito, serviria como elemento anafórico. Todavia, o comando da questão solicita que o candidato aponte o elemento principal do discurso sobre o qual o enunciador discorre ao longo do texto. Trata-se, portanto, de identificar o tema do discurso e a expressão que o enunciador utiliza para, em outra passagem do texto, fazer referência a esse tema, e não somente identificar elementos coesivos que retomam outras partes do texto. No enunciado dado para análise, o tema é “o trabalho sexual”, reformulado ao longo do texto como “comércio sexual”.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 05

Improcedem as alegações do recorrente.

Conforme o acordo ortográfico vigente, todas as palavras presentes na alternativa C são classificadas como proparoxítonas aparentes. Logo, todas são acentuadas conforme a mesma regra. Na alternativa B, há uma palavra paroxítona (países), duas paroxítonas (tráfico, âmbito) e uma proparoxítona aparente (tolerância).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 07

Improcedem as alegações do recorrente.

Em um texto, a correferenciação é o fenômeno por meio do qual duas expressões linguísticas de formas diferentes referem-se ao mesmo objeto de discurso, isto é, à mesma coisa. Justamente porque o texto motivador cita a correlação entre 'o tráfico de pessoas' e a 'prostituição' é que se pode afirmar que se trata de duas coisas (dois objetos de discurso) diferentes. Não são, portanto, elementos correferentes. Reitera-se, desse modo, o gabarito preliminar.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 09

Procedem as alegações do recorrente.

A questão deve ser ANULADA porque há um erro material na formulação do enunciado.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 10

Improcedem as alegações do recorrente.

Na sentença da alternativa C, não há uma estrutura clivada, senão uma estrutura de oração subordinada adjetiva na qual o vocábulo ‘que’ é um pronome relativo e o verbo ‘ser’, em sua forma conjugada ‘é’, serve como ligação entre o sujeito e o predicado: aquilo que se percebe é o clima de tolerância que existe sobre a prostituição. O vocábulo ‘que’ entre ‘tolerância’ e ‘existe’ é também um pronome relativo que conecta uma oração adjetiva a uma oração principal.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 11

Improcedem as alegações do recorrente.

Em resposta ao recurso reafirmamos que a questão 11 da prova objetiva TIPO 1 do Concurso Público – Edital nº. 001/2023 – GUARDA MUNICIPAL está de acordo com o edital contemplando 10 questões para a disciplina de Português e 10 questões para disciplina de matemática. Salientamos que a questão 11 trata do conteúdo específico RACIOCÍNIO LÓGICO sendo uma questão pertinente à disciplina de matemática. Cabe ressaltar de acordo com Paulo Quilelli (2015, p.37) que “A Lógica tem origem bem remota, talvez na Índia, mas foram os gregos que deram a ela um tratamento formal. Aristóteles é tido como o verdadeiro criador da Lógica Formal, Clássica, sistematizando-a.” no livro Raciocínio Logico matemático para concursos (QUILELLi, 2015, p.37) diz que: “Lógica é o estudo das relações entre afirmações, não da verdade dessas afirmações. Lógica está intimamente ligada à linguagem”. Sentença é uma frase com sujeito e predicado, como, por exemplo, o quadrado de seis é trinta e seis”. Expressão não possui sujeito ou o sujeito é indeterminado, como, por exemplo, o quadrado de um número ou há duas horas estou esperando”. Diante do exposto a questão 11 está tratando do conteúdo Raciocínio lógico pertinente a disciplina matemática.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 12

Improcedem as alegações do recorrente.

$$A \cup B = \{x \mid x \in A \text{ ou } x \in B\}$$

Traduzindo: A união do conjunto A com o conjunto B = x tal que x pertence a A ou x pertence a B.

- Logo, tem-se elementos que estão apenas no conjunto A; tem-se elementos apenas no conjunto B e elementos que estão na área de intersecção de A e B (como o desenho do gabarito no comentário do Professor);
- Assim, x pode configurar em qualquer um desses "espaços", já que ele pode pertencer ao conjunto A ou B, pode estar isolado em um dos conjuntos ou figurar na área que conecta elementos de ambos os conjuntos.

a) ERRADA: O elemento y está somente em B ou $A \equiv B$. \Rightarrow a afirmação já está errada pois se trata de elemento X

b) ERRADA: O elemento x está em A, mas não está em B. \Rightarrow X pode estar em A ou em B;

c) ERRADA: O elemento x está simultaneamente em A menos B. \Rightarrow Está em A ou B, o fato de ele estar na área de intersecção do conjunto A e B não significa que x esteja simultaneamente em A e B;

d) ERRADA: O elemento x está no complementar de $A \cap B$. \Rightarrow O elemento x está no complementar de $A \cap B$. Conjunto complementar seria tudo o que estivesse fora da união de A e B, uma vez que o comando diz que x pertence à A ou à B, x não pode estar no conjunto complementar.

e) CORRETA: O elemento x está somente em A ou somente em B ou em $A \cap B$. \Rightarrow De acordo com o comando x pode figurar em cada conjunto separadamente ou na intersecção deles.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 13

Improcedem as alegações do recorrente.

INDEFIRO O RECURSO DO CANDIDATO: Quando o número elementos de um conjunto é par, a mediana é encontrada pela média dos dois valores centrais. Assim, esses valores são somados e divididos por dois.

Assim, colocando a série de números em ordem crescente, temos: 7 9 9 9 13 13 16 20
Os elementos centrais desta série são

~~7~~ ~~9~~ ~~9~~ ~~9~~ 13 13 ~~16~~ ~~20~~

$$\text{elementos centrais: } \frac{9+13}{2} = \frac{22}{2} = 11$$

A moda (M_o) é o valor que mais aparece na sequência, logo: $M_o = 9$.

A soma da média com a mediana multiplicada com a moda é igual a:

$$(\text{média} + \text{mediana}) \cdot \text{moda} = (12 + 11) \cdot 9 = (23) \cdot 9 = 207$$

ASSUNTO: (FUNDAMENTOS DE ESTATÍSTICA)

Fonte: LUSTOSA, Daniel. Raciocínio Lógico-Matemático para Concursos Públicos: Teoria e Prática. (Série Provas & Concursos). São Paulo: Grupo GEN, 2023.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 14

Procedem as alegações do recorrente.

De fato, a questão precisará ser anulada. O conteúdo da mesma, não encontrava-se no Edital.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 15

Improcedem as alegações do recorrente.

$$2\frac{5}{6} + 1 = \frac{17}{6} + 1 = 3$$

$$2\frac{5}{6} + 1 = \frac{19}{6} + \frac{5}{8} = 3\frac{19}{24}$$

Fonte: Kumon
(OPERAÇÕES FUNDAMENTAIS: soma e subtração).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 16

Improcedem as alegações do recorrente.

A questão foi retirada de um documento que foi devidamente citado sua referência de acordo com as regras vigente da ABNT. Assim, as palavras do artigo científico, não pode ser colocado em questão uma vez que o documento é de uso comum via internet e outros pesquisadores podem também utilizá-lo.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 17

Improcedem as alegações do recorrente.

A questão foi produzida a partir de referências que foram apontadas no certame, assim os materiais utilizados na construção da mesma são de inteira competência teórica sendo, inclusive de origem governamental. Plágio é o uso de termos e textos sem que se coloque a precedência do mesmo. Em nenhum momento o certame utilizou texto sem referência, uma vez que as questões devem ser criadas a partir de uma vasta gama de referências disponíveis sobre a temática.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 18

Improcedem as alegações do recorrente.

A questão foi retirada de um documento que foi devidamente citado sua referência de acordo com as regras vigente da ABNT. Assim, as palavras do artigo científico, não pode ser colocado em questão uma vez que o documento é de uso comum via internet e outros pesquisadores podem também utilizá-lo.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 21

Improcedem as alegações do recorrente.

A alternativa “d” não está correta, haja vista os próprios termos da alternativa. Ora, se a vida é inviolável em excepcionais, isso significa que, nestes casos, ela é violável. E não se pode admitir que a vida seja inviolável. Os casos excepcionais citados na Constituição não importam ou significam que a vida seja violável. Finalmente, quanto à alternativa “e”, há que se verificar que antes da expressão “procedência nacional” há a conjunção alternativa “ou” (a evidenciar que, sim, procedência nacional não é crime como os anteriormente arrolados). Portanto, a questão merece ser mantida.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 23

Improcedem as alegações do recorrente.

A não referência ao restante do dispositivo (“regime democrático, pluripartidarismo e direitos fundamentais da pessoa humana”) não têm o jaez de minorar a capacidade de compreensão do candidato. A alternativa não traz nenhuma indução à negativa do trecho suprimido, o que, de fato, ensejaria a nulidade da questão. Portanto, merece ser mantida a questão.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 24

Improcedem as alegações do recorrente.

Uma vez que, sim, a restrição ao estabelecimento de relações de dependência ou aliança com entidades religiosas é ampla e não está limitada a eventos culturais de cunho religioso, aplicando-se, também, os órgãos públicos que promovem eventos culturais de cunho religioso (ou seja, em benefício, favor ou privilégio desta ou daquela denominação religiosa). Há que se consignar que a alternativa não aponta o interesse público como sendo o motivador da promoção de eventos culturais de cunho religioso por órgãos públicos. Portanto, merece ser mantida a questão.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 25

Improcedem as alegações do recorrente.

O enunciado da questão é de clareza solar, uma vez que solicita que o candidato, dentre as 05 (cinco) alternativas, aquela que não faz parte do rol de órgãos de segurança pública constantes do art. 144, da CF/88. Portanto, merece ser mantida a questão.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 29

Improcedem as alegações do recorrente.

Em sua fundamentação, faz um esforço hermenêutico que visa equiparar a ação popular (regulamentada pela Lei n. 4.717/65) com ação civil pública, que tem rol taxativo de legitimados estampado no art. 5º, da Lei n. 7.347/85 (dentre os quais não está o cidadão). Outrossim, ao cidadão, na cabe controle judicial (de competência do Poder Judiciário). Portanto, merece ser mantida a questão.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 30

Improcedem as alegações do recorrente.

A alternativa correta é a de letra “e”, pois apresenta a correta definição da presunção de legitimidade, conforme solicitado no enunciado. A alternativa de letra “a” está errada, pois a definição apresentada na alternativa refere-se ao atributo da exigibilidade (e não da imperatividade). Portanto, merece ser mantida a questão.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 35

Improcedem as alegações do recorrente.

Tendo em vista o disposto na LC 44/2013: “Art. 10. [...] Todos os guardas municipais poderão participar da jornada especial de trabalho mediante requerimento à Secretaria a qual a Guarda Municipal esteja vinculada, a partir da publicação desta Lei.” (grifou-se).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 36

Improcedem as alegações do recorrente.

A única alternativa correta é a de letra “d”. De acordo com o art. 3º do Código de Processo Penal, a aplicação analógica é admitida no processo penal para casos de lacuna na lei processual penal. No entanto, essa aplicação deve se limitar a situações semelhantes às expressamente reguladas na lei, garantindo a segurança jurídica e evitando ampliações indevidas do alcance das normas. A alternativa “a” está errada, pois a aplicação analógica é admitida no processo penal, desde que preenchidos os requisitos legais, como a existência de lacuna na legislação. A alternativa “b” está errada, pois a interpretação extensiva também pode ser utilizada para ampliar o alcance de uma norma penal, desde que não haja violação ao princípio da legalidade estrita. A alternativa “c” está errada, pois o suplemento dos princípios gerais de direito não se refere à aplicação de princípios fundamentais do direito penal, mas sim à possibilidade de utilizar princípios gerais de direito em casos de lacuna na lei processual penal. A alternativa “e” está errada, pois a interpretação extensiva não permite a criação de tipos penais análogos, mas sim a ampliação da interpretação de tipos já existentes para abranger situações não expressamente previstas.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 37

Improcedem as alegações do recorrente.

De acordo com o art. 1º, inciso I, do Código de Processo Penal, o processo penal no Brasil é regido pelo CPP, ressalvados os tratados, convenções e regras de direito internacional. No entanto, os tratados não podem afastar a aplicação das normas processuais penais nacionais, pois o Código de Processo Penal mantém sua aplicabilidade, exceto nos casos expressamente previstos nos tratados internacionais. No caso hipotético, a competência para processar e julgar é brasileira, sendo aplicados o CPP, com base na Lei de Drogas (crime de tráfico internacional de drogas, segundo o artigo 33 da Lei 11.343/06, com a majorante da transnacionalidade prevista no artigo 40). Portanto, no caso hipotético, razão não assiste ao acusado em sua alegação de que pode ser submetido à jurisdição de um tribunal internacional com base no tratado de cooperação internacional (ver STJ, HC 168.368). Assim, a questão há de ser mantida.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 39

Improcedem as alegações do recorrente.

Enquanto consta, fez leitura ou interpretação incorreta da alternativa “a”. A única alternativa correta é a de letra “c”. O art. 6º, inciso i, do código de processo penal estabelece que, logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá comparecer ao local do crime, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais. Essa é uma medida importante para a preservação das provas e das circunstâncias do crime, garantindo a correta investigação. A alternativa “a” não está correta, uma vez que a prisão em flagrante não é uma atribuição imposta pelo art. 6º, do código de processo penal. Outrossim, no caso hipotético não há indicação de que haja alguém em situação de flagrância a ser preso imediatamente. Assim, a questão há de ser mantida.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 42

Improcedem as alegações do recorrente.

Solicita-se, no enunciado, que o candidato, com passe “no caso apresentado, e com base nas informações nele contidas” (nada além disso), assinalasse a alternativa correta, que outra não pode ser senão a de letra “b”. Assim, a partir das informações constantes do caso hipotético, a intenção primeira de João não era matar Maria, mas realizar um roubo. Portanto, merece ser mantida a questão.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 44

Improcedem as alegações do recorrente.

A alternativa a ser assinalada pelo candidato é a de letra “b”. O crime de estupro, conforme definido no caput do art. 213, do Código Penal Brasileiro, consiste em constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. A ação de constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, para induzir terceiros à prática de ato libidinoso, não faz parte da definição legal de estupro. Portanto, merece ser mantida a questão.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 46

Improcedem as alegações do recorrente.

A argumentação apresentada é alheia à questão, que, com clareza solar, informa, no caso hipotético, todas as condições, circunstâncias e situações que levariam o candidato a concluir que “Maria” (inclusive diagnosticada com depressão pós-parto) estava vivenciando o estado puerperal referido no art. 123, do CP, que tipifica o crime de infanticídio. Portanto, a alternativa correta é a de letra “b” (infanticídio), merecendo ser mantida a questão.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 47

Improcedem as alegações do recorrente.

A alternativa a ser assinalada pelo candidato é a de letra “c”. O art. 128, do Código Penal Brasileiro, prevê duas hipóteses em que o aborto não é punível: quando não há outro meio de salvar a vida da gestante (alternativa “a”) e quando a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou de seu representante legal (alternativa “b”). A alternativa “d” também deve ser rejeitada pelo candidato, pois menciona uma das condições para que o aborto não seja punível no caso de estupro. A alternativa “e”, do mesmo modo, pois nem todas as opções estão previstas como hipóteses de aborto não punível. Portanto, a alternativa “c” é a única que não corresponde a uma situação de aborto não punível, de acordo com o art. 128, do Código Penal Brasileiro. Assim, merece ser mantida a questão.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 48

Improcedem as alegações do recorrente.

A única alternativa correta é a de letra “b”. Considerando que Pedro agiu com intenção de causar dano físico a João, utilizando um objeto contundente para atingi-lo violentamente, e que a agressão resultou em uma lesão grave que causou risco à integridade física de João e demandou tratamento médico intensivo que se prolongou por 60 dias, conclui-se que Pedro praticou o crime de lesão corporal de natureza grave, nos termos do art. 129, § 1º, I. Por conseguintes, todas as demais alternativas estão erradas. Assim, merece ser mantida a questão.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 50

Procedem as alegações do recorrente.

Razão assiste ao Recorrente. A questão merece ser anulada.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 51

Improcedem as alegações do recorrente.

Tendo em vista o disposto na chamada Lei de Abuso de Autoridade (LAA): “Art. 3º. [...] § 1º Será admitida ação privada se a ação penal pública não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.” (grifou-se).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 52

Improcedem as alegações do recorrente.

Tendo em vista o disposto na chamada Lei de Abuso de Autoridade (LAA): “Art. 10. Decretar a condução coercitiva de testemunha ou investigado manifestamente descabida ou sem prévia intimação de comparecimento ao juízo: Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.” (grifou-se).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 55

Improcedem as alegações do recorrente.

Tendo em vista o disposto no ECA: “Art. 228. Deixar o encarregado de serviço ou o dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de manter registro das atividades desenvolvidas, na forma e prazo referidos no art. 10 desta Lei, bem como de fornecer à parturiente ou a seu responsável, por ocasião da alta médica, declaração de nascimento, onde constem as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato: Pena - detenção de seis meses a dois anos.” (grifou-se).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 56

Improcedem as alegações do recorrente.

Tendo em vista o disposto no Estatuto do Desarmamento “Art. 3º É obrigatório o registro de arma de fogo no órgão competente. Parágrafo único. As armas de fogo de uso restrito serão registradas no Comando do Exército, na forma do regulamento desta Lei.” (grifou-se).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 57

Improcedem as alegações do recorrente.

Tendo em vista o disposto no Estatuto do Desarmamento “Art. 10. A autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido, em todo o território nacional, é de competência da Polícia Federal e somente será concedida após autorização do Sinarm.” (grifou-se).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 58

Improcedem as alegações do recorrente.

Tendo em vista o disposto no Estatuto do Desarmamento “Art. 11. Fica instituída a cobrança de taxas, nos valores constantes do Anexo desta Lei, pela prestação de serviços relativos: I – ao registro de arma de fogo; II – à renovação de registro de arma de fogo; III – à expedição de segunda via de registro de arma de fogo; IV – à expedição de porte federal de arma de fogo; V – à renovação de porte de arma de fogo; VI – à expedição de segunda via de porte federal de arma de fogo.”.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III

DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo XV do Edital que rege este Concurso Público. Fica reiterado que “*A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.*”

Publique-se,

Fortaleza – CE, 18 de setembro de 2023.

INSTITUTO CONSULPAM